

## O planejamento familiar e o Nordeste\*

Morvan de Mello Moreira\*\*

A obra corresponde aos Anais do I Simpósio em Urologia da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, realizado no Recife de 16 a 23 de novembro de 1987. Acrescida de uma nota introdutória do organizador e de um prefácio (de autoria do médico Veloso Costa), ela enfeixa as 14 contribuições apresentadas por médicos, pesquisadores e planejadores sociais, políticos, educadores, formadores de opinião pública e interessados na problemática do crescimento populacional, particularmente no que concerne à questão do planejamento familiar e/ou controle da natalidade.

Três dos trabalhos reproduzidos referem-se a aspectos eminentemente médicos-científicos das técnicas de contracepção. São eles *Hormônios em Contracepção*, de autoria de José Sebastião da Costa, *Ligação Tubária*, de Cícero Ferreira F. da Costa e *Anticoncepção Masculina: a Vasectomia*, de Amaury de Siqueira Medeiros. Nestes trabalhos descrevem-se os métodos e as técnicas médicas existentes e/ou mais adotadas, suas vantagens e suas restrições. São textos que se revelam importantes como meios de informação a um público menos especializado, sobretudo tendo-se em conta que são vazados em linguagem

acessível, sem excessivo formalismo em termos da nomenclatura médica.

Nesta mesma linha também se inscreve, até certo ponto, o trabalho de Teresinha Tenório e J. Weidson B. Leal sobre a *Anticoncepção na Adolescência*. Os autores advogam a implementação de programas especiais de saúde reprodutiva dirigidos para essa parcela jovem da população, a serem conduzidos por equipes multidisciplinares constituídas por médicos, educadores, psicólogos, etc. Apontam fatores que desaconselham a gravidez na adolescência e fazem uma breve avaliação do conjunto de métodos disponíveis e sua adequação às especificidades dessa faixa etária.

Com relação aos demais textos, a maioria ainda trata da questão do planejamento familiar de forma defasada em relação à realidade brasileira: dentro de uma perspectiva neo-malthusiana, tem-se quase uma visão do Brasil como um país de população eminentemente jovem e com um crescimento demográfico ainda explosivo.

Pelo menos um dos trabalhos que se incluem nessa linha, o de Martiniano Fernandes sobre *Planejamento Familiar Seletivo: Modelo Brasileiro (Normas e Sugestões)*, chega a veicular (pág. 106) informação equivocada e distorcida sobre a magni-

\* MEDEIROS, Amaury de Siqueira (org.), 1990. *O Planejamento Familiar e o Nordeste*. Medsi, Rio de Janeiro.

\*\* Demógrafo da Divisão de Estudos Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco.

tude da taxa de crescimento vegetativo da população da cidade do Recife, por confundir a ordem da grandeza em que se expressam taxas de crescimento natural e de crescimento migratório. Embora se declare nem antinatalista sistemático, nem natalista ferrenho, Fernandes advoga a implementação de um programa de planejamento familiar seletivo segundo os diferentes espaços regionais e/ou estaduais, onde se procure ajustar o crescimento populacional às respectivas conjunturas sócio-econômicas. E conclui que os graves problemas sócio-econômicos do país serão resolvidos pelo planejamento familiar, mas assevera que este "... afasta o mais importante deles: o da dificuldade ou mesmo impossibilidade de reunir recursos para investir e sem investimento maciço no setor de saúde e de educação nunca se poderá dominar a miséria do subdesenvolvimento".

Há outros autores que também têm um forte viés neo-malthusiano em relação à questão do crescimento populacional. É o caso do político Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti que, no seu texto intitulado *Planejamento Familiar - Aspectos Sócio-Econômicos e Políticos*, conclui com certa dubiedade: "Não será este planejamento familiar a solução de reformas profundas que o Brasil precisa realizar com urgência? Entretanto, sem nenhuma dúvida, sem isso, tais problemas dificilmente teriam solução, pois que estaríamos permanentemente frente a um impasse. O planejamento familiar incorpora à realidade brasileira um dado de racionalidade, sem o qual continuaremos sempre, apesar do crescimento econômico, com os componentes críticos advindos do explosivo aumento de população irremediavelmente (SIC) carenciada".

Outros textos que apresentam o mesmo posicionamento são os de José Weydson de Barros Leal, *A História da Reprodução Humana*; de Antônio Rafael de Menezes, *Aspectos Sociológicos do Planejamento Familiar*; e o de Manoel Rafael Neto, *O Planejamento Familiar e a Cultura Popular*.

Finalmente, um terceiro sub-conjunto de textos apresenta uma visão mais crítica do planejamento familiar no contexto de um conhecimento também mais atualizado sobre a dinâmica demográfica brasileira e nordestina. No trabalho do demógrafo Hélio A. Moura, *A Nova Dinâmica Populacional do Nordeste e suas Repercussões*, avalia-se a trajetória recente da redução do crescimento populacional brasileiro e nordestino. O autor mostra que o Nordeste vem passando por um rápido processo de transição demográfica, com expressivas modificações na estrutura etária de sua população, o que leva a prever fortes repercussões sobre o volume e a composição das demandas sociais futuras, particularmente nas regiões metropolitanas e outros quadros urbanos. O autor destaca, em particular, a gravidade da problemática do emprego, devida à intensa pressão que a oferta da força de trabalho ainda deverá continuar exercendo por muito tempo mais sobre o setor urbano regional. Chama a atenção dos formuladores e executores de políticas públicas e de desenvolvimento regional, de um lado, para os câmbios que estão a ocorrer nas taxas de crescimento dos diversos segmentos populacionais, com mudanças nos perfis etários dos contingentes residentes e, de outro, para as significativas mudanças que também estão ocorrendo nas distribuições espaciais desses contingentes. Para esse autor, limitar política demográfica apenas à diminuição dos níveis de natalidade seria uma contribuição modesta e pouco eficaz no enfrentamento das dificuldades econômicas e sociais da Região Nordeste, pelo que ele chama a atenção para se repensar a própria natureza do modelo de desenvolvimento no sentido de torná-lo menos excludente de um ponto de vista social.

Questionamentos com respeito à adoção do planejamento familiar como forma de enfrentamento de dificuldades sócio-econômicas também são feitos pelo médico Roberto M. Nunes da Silva em seu texto *Impacto do Planejamento Familiar nos Programas*

*Materno-Infantis*. Para ele, que critica a falta de ética e o jogo de interesses que tem caracterizado a implantação de programas de planejamento familiar no País e a falácia dos argumentos e a falsidade de muitos dos dados estatísticos usados para justificá-los, a atividade do planejamento familiar deverá ser sempre incluída em programa de atenção global à mãe e à criança e conduzida por pessoal médico qualificado. Condena veementemente as tentativas de popularização dos métodos anticoncepcionais mediante a utilização de pessoal de nível médio, mesmo que treinado.

José Aristodemo Pinotti, em *Planejamento Familiar e o Ensino Médico no País* partilha, de certo modo, das posições dos dois autores anteriores no que diz respeito à inadequação e pouca eficácia do planejamento familiar para resolver as dificuldades sociais e econômicas que o País enfrenta. No que toca mais especificamente ao conteúdo do seu texto, ele indica uma série de distorções por que passa o planejamento familiar no Brasil e que têm, entre suas múltiplas causas, a deficiência do ensino médico como uma das mais importantes. Advoga a necessidade de se promover uma profunda reformulação desse ensino, inserindo-o no serviço, de modo a formar recursos humanos para cuidar daqueles problemas de saúde que são mais graves e co-

muns à população brasileira e dentre os quais se inclui a necessidade de atenção à saúde materno-infantil. Para este autor, o planejamento familiar deve estar inserido num conjunto de ações públicas voltadas para esse tipo de atenção, de forma a evitar que tais programas sejam implementados por instituições com nítido caráter controlador, freqüentemente financiadas e insensíveis a proposta que priorizem o atendimento das necessidades básicas da população.

Como se vê, os trabalhos reunidos no livro tratam de vários aspectos e apresentam posições bem diferenciadas com relação à questão do planejamento familiar, o que se afigura bastante positivo. Contudo, como geralmente ocorre com a publicação dos anais de um simpósio dessa natureza e com tal amplitude, a obra, no seu conjunto, resulta bastante dispar em termos de qualidade analítica, aprofundamento das reflexões, rigor científico das abordagens, recen-tidade das informações estatísticas apresentadas, etc. Teria sido até mesmo recomendável que o organizador a tivesse escoimado de alguns textos (poucos, felizmente) que não fazem justiça à profundidade e à competência com as quais alguns dos autores procuram tratar a questão e contribuir para a sua discussão.

Recebido para publicação em 25/09/90  
Aprovado para publicação em 11/04/91